

# Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição

ALCEU R. FERRARI

## I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho representa mais uma etapa da pesquisa que venho desenvolvendo sobre o fenômeno do analfabetismo. A idéia inicial era a de focalizar a questão da alfabetização. Não o processo de alfabetização em sala de aula, mas a evolução e a situação atual da alfabetização no Brasil. Optei depois por abandonar a perspectiva da alfabetização, passando a centrar a atenção no analfabetismo, o aspecto problemático da questão.

O primeiro artigo sobre analfabetismo teve como título "Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados preliminares" (Ferrari, 1985). A expressão "avanços recentes" quis chamar a atenção para o fato de que, até aquele momento, não havia ainda nenhum dado que indicasse que o analfabetismo já tivesse começado a regredir em números absolutos no Brasil. Com efeito, o contingente de analfabetos aumentara de censo a censo, desde de o primeiro em 1872 até o último em 1980.

O segundo artigo sobre o assunto, intitulado "Escola e produção do analfabetismo no Brasil" (Ferrari, 1987), orientou-se para um duplo objetivo: avaliar as realizações do MOBRAL e aprofundar a questão do papel desempenhado pela escola no processo de produção do analfabetismo nos dias atuais.

Em trabalhos mais recentes: "O analfabeto do ano 2000" (Ferrari, 1990a), "Analfabetismo e ensino fundamental: situação atual, tendência histórica e perspectiva para os anos 90" (Ferrari, 1990b) e "Analfabetismo: problemas de diagnóstico" (Ferrari, 1990c), além de retomar as questões da tendência histórica e da situa-

ção presente do analfabetismo e do papel da escola em sua produção, procurei avançar: 1) explicitando alguns pressupostos, particularmente no que se refere ao conceito e aos critérios de classificação do analfabetismo; 2) projetando a dinâmica do fenômeno até o ano 2000 e 3) destacando as principais questões metodológicas encontradas no desenrolar das sucessivas etapas da pesquisa.

Neste artigo procuro condensar os principais resultados da etapa da investigação que focalizou o analfabetismo no Estado do Rio Grande do Sul, mas situando esse Estado no contexto nacional e tendo presentes os resultados dos estudos anteriores. E começo abordando algumas questões que poderia denominar de preliminares, deixando para as partes seguintes as questões metodológicas que exigem maior desenvolvimento.

1. Por que tanta preocupação com a alfabetização e, no caso, com o aspecto negativo do fenômeno - o analfabetismo? Simplesmente porque se trata de questão central em política educacional. Diria até que a alfabetização constitui hoje condição necessária, embora não suficiente, de sobrevivência. Já a perspectiva do analfabetismo focaliza o aspecto negativo, problemático, do fenômeno.
2. Alguma razão especial para escolher o Rio Grande do Sul? Diria que a questão principal não é: Por que o Rio Grande do Sul? mas sim: Por que um estado e não o Brasil como um todo. Estudos anteriores haviam mostrado enormes desigualdades dentro do Brasil. E desigualdades não só de situação presente, mas também de tendência secular do

analfabetismo entre as diferentes regiões e unidades da Federação. O caminho era a regionalização dos estudos sobre analfabetismo. O estudo do Rio Grande do Sul representa precisamente uma experiência de regionalização da pesquisa sobre o analfabetismo.

3. A questão do analfabetismo constitui o foco de análise, mas será vista em estreita relação com a escola fundamental. E não poderia ser outra forma, dada a participação da escola na produção do analfabetismo através do que denomino de exclusão da escola e exclusão na escola (Ferrari, 1987)

Feitas essas observações preliminares, passarei a tratar de algumas questões que exigem atenção especial no estudo do analfabetismo. A propósito, em documento recente que contém propostas para o "Censo de Población y Vivienda de 1990" na Argentina, Norma Paviglianiti e Alcía Vales (1988, p. 16) destacam três aspectos nas pesquisas censitárias relativamente à questão da alfabetização: 1) a definição de alfabetização; 2) o critério de classificação da população em alfabetizados e analfabetos e 3) o limite inferior de idade para o qual se deve coletar e/ou processar a informação. Tratarei sucintamente desses três aspectos, mas não sem antes lembrar que estou focalizando o analfabetismo e não a alfabetização.

## II - CONCEITO DE ANALFABETISMO

O conceito, explícito ou implícito, que se tenha do analfabetismo condicionará toda a investigação: o projeto de pesquisa, a sua execução, os achados e as soluções propostas. Infelizmente, o problema não tem merecido a necessária atenção. Eu mesmo só ultimamente me ocupei de forma mais sistemática com o assunto. Retomo aqui algumas reflexões sobre o conceito de analfabetismo feitas recentemente em seminário sobre alfabetização (Ferrari, 1990b e 1990c).

Em estudo recente sobre o analfabetismo na América Latina, preparado para a UNESCO, Miguel Soler Roca (1989, p.4), referindo-se à questão da relatividade dos conceitos e das estatísticas, começa observando que "não é tarefa fácil quantificar o analfabetismo com um

certo grau de precisão", para logo adiante alertar que "Antes de contar os analfabetos, importa saber o que estamos contando, isto é, apoiar-nos numa definição de analfabeto que seja pertinente, clara e aplicada homoganeamente, pelo menos dentro de cada país" (p. 4). Infelizmente, o autor limita a questão conceitual às duas definições de analfabeto dadas pela UNESCO. Primeiramente, critica a definição de 1958, segundo a qual se considera analfabeta "a pessoa que não é capaz de ler e escrever, com compreensão, uma exposição breve e simples de fatos relativos a sua vida cotidiana". Não havendo qualquer tipo de prova de tais habilidades, fica comprometida a confiabilidade das informações assim obtidas pelos censos. A seguir, o autor refere a definição de analfabeto funcional, proposta pelo UNESCO em 1978, segundo a qual deve ser considerada como funcionalmente analfabeta "a pessoa que não é capaz de empreender aquelas atividades em que a alfabetização é necessária para a atuação eficaz em seu grupo e comunidade e que lhe permitam continuar valendo-se da leitura, da escrita e da aritmética para o seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento da comunidade" (p. 5). Segundo esse conceito de analfabetismo funcional, o problema não estaria em a pessoa não saber ler e escrever, mas em não saber aplicar correntemente tais habilidades. E o autor esclarece: "O analfabeto puro é marginalizado por não saber (ler e escrever); o analfabeto funcional, por não saber usar seu escasso saber" (p. 5).

No meu entendimento, tanto o autor citado como as definições da UNESCO por ele examinadas não ultrapassam o plano do que os metodólogos costumam chamar de definição operacional de variáveis a serem investigadas. No caso, seria ou a falta de domínio da leitura, da escrita e da aritmética ou a incapacidade de utilizar no cotidiano tais habilidades. Ora, por mais que possam informar sobre o que o analfabeto é incapaz de fazer, tais definições não respondem satisfatoriamente à questão teórica sobre o que é analfabeto ou o que é analfabetismo.

Relativamente à segunda definição da UNESCO, vale repetir o alerta de Jenny Cook-Gumperz (1988, p. 35-6):

"... A nova alfabetização funcional contém também certos julgamentos sociais sobre atitudes específicas de sociedades tecnológicas avançadas. À medida que a alfabetização se vai definindo de maneira mais precisa e, ao mesmo tempo, mais

ampla, a **noção de analfabetismo** adquire uma especificidade enquanto ausência total de tais atitudes funcionais e torna assim ainda mais provável a associação negativa com uma capacidade limitada. Dessa forma, por mais precisão técnica que contenha a definição, é provável que carregue também consigo elementos valorativos e prescritivos”.

Creio que a principal contribuição nesta parte é a de Paulo Freire (1985). Ele começa mostrando a inconsistência das noções correntes de analfabetismo:

“Nosso conceito de analfabetismo é, na melhor das hipóteses, ingênuo, quando o comparamos, de um lado, com uma **erva venenosa** (como está implícito na expressão habitual **erradicação do analfabetismo**) e, de outro, com uma doença contagiosa e transmissível a outros. Às vezes o vemos também como uma úlcera que deprime e que precisa ser **curada**. Seus índices, compilados estatisticamente pelas organizações internacionais, distorcem o nível de **civilização** de certas sociedades. Além disso, a partir dessa perspectiva ingênuo ou astuta, o analfabetismo pode também aparecer como uma manifestação de **incapacidade** de um povo, de sua **falta de inteligência**, ou de uma proverbial **preguiça**” (p.7).

Prossegue sintetizando o que não é, para em seguida avançar na definição do que é analfabetismo: não é nem “úlcera”, nem “erva venenosa”, nem “doença”, mas “uma dentre as diversas expressões concretas de uma realidade social injusta”; não é problema estritamente lingüístico, nem exclusivamente pedagógico ou metodológico, mas “problema político, assim como o é a alfabetização mesma, através da qual tentaríamos superar o analfabetismo” (p. 10).

E contrapondo-se ao discurso tão freqüente que coloca no analfabetismo ou na ignorância a causa de todos os males da Nação, esclarece de forma enfática:

“É essencial entender que o analfabetismo não é em si mesmo o obstáculo original. Ele é resultado de entraves anteriores e depois torna-se um obstáculo. Ninguém é analfabeto por escolha própria. As pessoas são analfabetas devido a condições objetivas. Em certas circunstâncias o **homem letrado é aquele que não precisa ler** (citação de Álvaro Vieira Pinto). Em outras circunstâncias, o analfabeto é aquele a quem foi negado o direito de ler. Em nenhum dos dois casos há escolha” (p. 14).

O Brasil tem a ver cada vez mais com a

**segunda situação: milhões de pessoas que vivem numa cultura letrada, mas que não tiveram oportunidade de alfabetizar-se.** Neste sentido – e aqui, na minha opinião, chegamos ao cerne da questão – o analfabetismo não se define como mera ausência de alfabetização ou simplesmente como não-alfabetização. Ele é produzido socialmente, historicamente. Resulta de um processo de exclusão. É esse significado social e político que as definições da UNESCO e as múltiplas noções criticadas por Freire não conseguem captar e até dissimulam.

### III - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

O segundo aspecto se relaciona com a definição de critérios de classificação de alfabetizados e analfabetos. No último censo demográfico (IBGE, 1980, p. 29) encontramos a seguinte definição de alfabetizado: “Foram consideradas como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecessem. Aquelas que aprenderam a ler e escrever mas esqueceram e as que apenas assinassem o nome foram consideradas analfabetas”. Em suma, alfabetizada, segundo o Censo de 1980, é toda pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples, e analfabeta, toda pessoa que não seja capaz de fazê-lo. A definição das pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNADs), realizadas pelo IBGE, coincide com a do censo. São evidentes as limitações do critério do IBGE (ser ou não ser capaz de ler e escrever um bilhete simples) para classificar alfabetizados e analfabetos, com o agravante de se apoiar apenas na declaração do entrevistado, sem qualquer verificação. No entanto, necessitamos desse critério para comparações internacionais e, além disso, apesar das modificações por que passou no tempo, ele é o único que permite analisar a dinâmica do fenômeno do analfabetismo desde os primeiros censos até os dias atuais. O problema está não tanto no uso desse critério, quanto no desconhecimento de seus limites. Ademais, as suas limitações podem, pelo menos em parte, ser superadas pela adoção de critérios complementares.

Em trabalho anterior (Ferrari, 1985, p. 38), mostrei como, a partir da informação censitária **anos de estudo**, se poderia estabelecer, para o período mais recente, um critério mais rigoroso

so de alfabetização. Sugerir que fossem consideradas alfabetizadas as pessoas com quatro anos ou mais de estudo e como analfabetas as que tivessem menos de quatro anos de estudo.

É interessante comparar o resultado da aplicação dos dois critérios. Segundo o critério "incapacidade de ler e escrever um bilhete simples", o número de analfabetos no Brasil em 1987, entre as pessoas de 10 anos ou mais, é da ordem de 20,1 milhões, o equivalente a 19,3%. Se adotado o critério "menos de 4 anos de estudo", esses números saltam para 45,4 milhões e 43,5%, respectivamente. No Rio Grande do Sul, a adoção do segundo critério (menos de 4 anos de estudo) aumentaria o número de analfabetos de cerca de 688 mil para mais de 2,1 milhões e elevaria o índice de analfabetos de 9,9% para 30,7% (IBGE, **Censo Demográfico 1980**).

A adoção do segundo critério eleva de forma considerável tanto o contingente, quanto o índice de analfabetos. Não há nada de definitivo sobre qual deva ser o limite mínimo de escolaridade a ser utilizado como critério de alfabetização. Reafirmo a proposta de 4 anos de escolaridade. Sílvia Llomovate, em estudo sobre o analfabetismo na Argentina (1989, p. 9), tem praticamente a mesma posição. A autora sugere quatro ou cinco anos de estudo, porquanto abaixo desse limite haveria reincidência no analfabetismo em lapso relativamente curto de tempo.

Neste estudo sobre o analfabetismo no Rio Grande do Sul, trabalhei com os dois critérios de analfabetismo. No entanto, a adoção do critério "menos de 4 anos de estudo" não nos deve fazer perder de vista a vinculação estreita entre alfabetização e ensino fundamental obrigatório. Nesse caso, o critério para separar alfabetizados e analfabetos seria a conclusão do ensino fundamental, nos termos da Constituição.

#### **IV - LIMITE INFERIOR DE IDADE**

O terceiro aspecto a considerar refere-se à definição do limite inferior de idade a ser considerado para cálculo tanto do contingente como do índice de analfabetos. Quanto a isto, nos países latino-americanos a tendência tem sido

de investigar o analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais. No caso do Brasil, porém, esse limite inferior de idade só pode ser obtido a partir do Censo Demográfico de 1940. Os primeiros censos (1872 e 1890) investigaram a alfabetização sem qualquer especificação de idade. Em tal caso, pelo método exposto em trabalhos anteriores (Ferrari, 1985), pode-se obter índices de analfabetismo para pessoas de 5 anos ou mais. Esse, aliás, é o único índice que permite estudo de tendência do fenômeno desde o primeiro censo (1872) até o último (1980). A partir do censo de 1900 pode-se obter índices para a população de 15 anos ou mais. Este é o índice mais utilizado para efeito de comparações internacionais sobre analfabetismo.

A consequência disto é que é necessário ter flexibilidade no que se relaciona com o limite inferior de idade para cálculo de índices. Dependendo da situação, tenho utilizado como limites inferiores de idade, ora 5 anos, ora 10 anos, ora 15 anos.

Os dados da **tabela 1** permitem comparar, em números absolutos e relativos, o analfabetismo calculado segundo diferentes definições etárias da população brasileira em 1980, ou seja, segundo diferentes limites inferiores de idade. Os índices para as populações de 10 anos ou mais e 15 anos ou mais costumam estar muito próximos. No caso examinado, são idênticos. Em termos absolutos, no entanto, considerar a população de 15 anos ou mais em lugar da de 10 anos ou mais significa subestimar em cerca de 3,7 milhões o número de analfabetos no país (18,7 milhões e 22,4 milhões, respectivamente). Já o estabelecimento do limite inferior em 5 anos tem como resultado a superestimativa do analfabetismo em termos tanto absolutos como relativos. Entendo que só se deveria trabalhar com a população de 5 anos ou mais quando fosse impossível utilizar outro limite de idade, como em estudos de tendência que incluam os primeiros censos brasileiros. Em trabalho anterior abordei em maior detalhe esta questão (Ferrari, 1985).

**Tabela 1**  
**Analfabetismo segundo diferentes definições etárias da população - Brasil - 1980**

DEFINIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL	PESSOAS ANALFABETAS	% DE PESSOAS ANALFABETAS
5 anos ou mais	102.579.006	32.731.347	31,9
10 anos ou mais	87.805.265	22.393.295	25,5
15 anos ou mais	73.541.943	18.716.847	25,5

Fonte: IBGE, *Censo Demográfico - 1980*

## V - O RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO NACIONAL

Vou fazer, nesta parte, um breve retrospecto sobre a questão das desigualdades regionais, tanto de situação presente como de tendência secular, por ser este aspecto de fundamental importância para a compreensão da perspectiva adotada no estudo do analfabetismo no Rio Grande do Sul.

1. Segundo o último censo, o Brasil tinha, em 1980, para a população de 10 anos ou mais, um total de 22,4 milhões de analfabetos, o equivalente a 25,5%. A ordenação dos índices de analfabetismo das diferentes unidades da Federação não forma um contínuo, mas grupos de unidades nitidamente distintos, com intervalos bem maiores entre grupos do que intragrupos, mostrando claramente que o fenômeno tem dimensões tipicamente regionais.

O grupo I, bem homogêneo, é constituído pelas unidades da Federação que apresentam os índices mais baixos de analfabetismo, variando de 11,1 a 12,9%, na seguinte ordem crescente:

- 11,1% - Distrito Federal (DF)
- 12,4% - Santa Catarina (SC)
- 12,5% - Rio Grande do Sul (RS)
- 12,9% - Rio de Janeiro (RJ)
- 12,9% - São Paulo (SP)

O grupo II, com índices pouco baixo do índice nacional, bem mais elevados do que os do grupo I, concentra-se entre 23,4 e 25,1%, na seguinte ordem:

- 23,4% - Mato Grosso do Sul (MS)
- 23,6% - Espírito Santo (ES)
- 23,9% - Minas Gerais (MG)
- 23,9% - Amapá (AP)
- 25,1% - Roraima (RR)

Pouco acima do índice nacional (25,5%), variando de 28,8 a 31,8%, situa-se o grupo III, assim constituído:

- 28,8% - Goiás (GO)
- 29,1% - Pará (PA)
- 30,6% - Mato Grosso (MT)
- 31,3% - Amazonas (AM)
- 31,8% - Rondônia (RO)

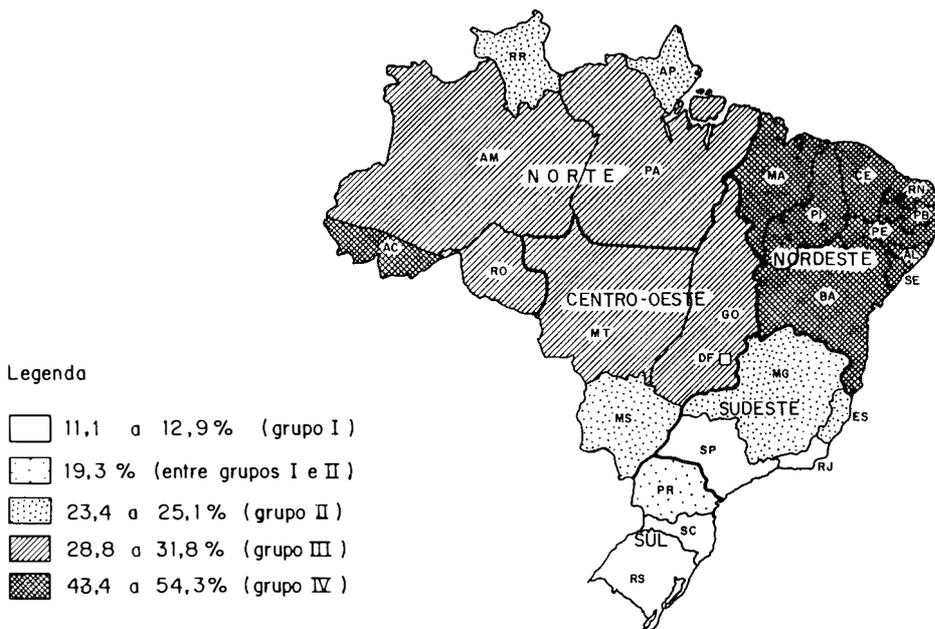
Todos os Estados do Nordeste, mais o Acre, formam o grupo IV, com índices extremamente elevados, que variam de 43,4 a 54,3%:

- 43,4% - Pernambuco (PE)
- 43,7% - Rio Grande do Norte (RN)
- 44,0% - Bahia (BA)
- 45,7% - Ceará (CE)
- 45,9% - Sergipe (SE)
- 47,6% - Acre (AC)
- 49,6% - Piauí (PI)
- 49,7% - Paraíba (PB)
- 50,2% - Maranhão (MA)
- 54,3% - Alagoas (AL)

O Estado do Paraná, com 19,3% de analfabetos, situa-se entre os grupos I e II, a caminho do grupo I.

O **mapa 1** evidencia ainda melhor a vinculação estreita entre analfabetismo e estruturas regionais: o Nordeste (grupo IV); Norte e Centro-Oeste (grupo III); um "cordão de isolamento", constituído pelos estados ao norte da Região Sudeste (ES e MG) e ao sul da Região Centro-Oeste (MS), e finalmente o centro político e econômico do País (DF, SP e RJ), mais a Região Sul.

**Mapa 1**  
**Índices de analfabetismo entre as pessoas de 10 anos e mais**  
**nas Unidades da Federação - 1980**



2. Verificam-se desigualdades regionais também no que se relaciona com a tendência secular do analfabetismo, o que pode ser ilustrado com dois exemplos, envolvendo os estados de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Para subsidiar a análise, reproduzo na tabela 2, para os três estados e o

conjunto do País, os percentuais de analfabetos entre as pessoas de 5 anos ou mais, nos diferentes censos brasileiros. O gráfico 1 permite visualizar essas diferentes tendências do analfabetismo nos mais de cem anos decorridos desde o primeiro censo.

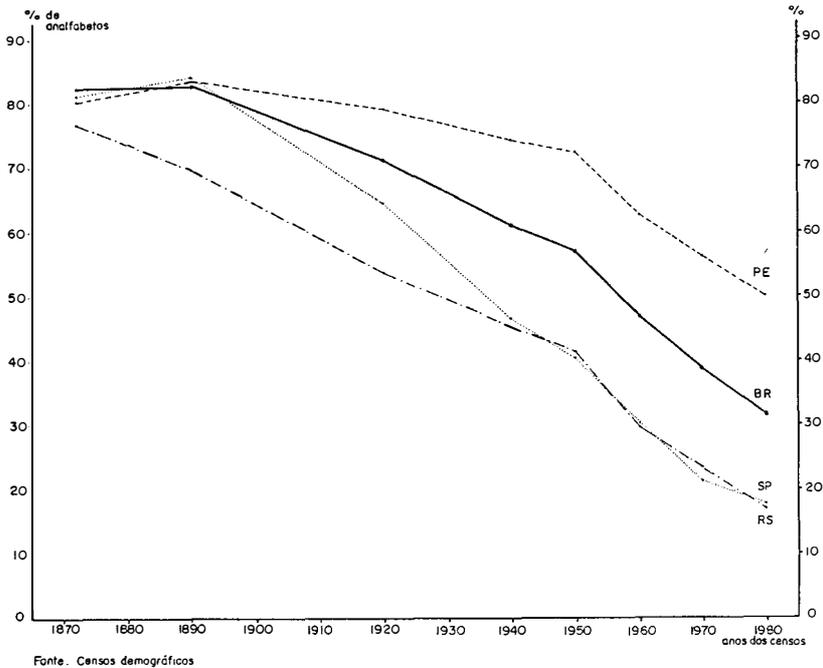
**Tabela 2**  
**Percentagens de analfabetos entre as pessoas de 5 anos ou mais, no Brasil e nos estados de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, segundo os diferentes censos.**

ESPECIFICAÇÃO	% DE ANALFABETOS ENTRE AS PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS							
	1872	1890	1920	1940	1950	1960	1970	1980
BR	82,3	82,6	71,2	61,1	57,1	46,7	38,7	31,9
PE	80,4	83,2	79,2	74,3	72,3	62,6	56,1	50,0
SP	81,2	83,4	64,7	46,5	40,4	30,1	21,4	17,8
RS	76,8	69,7	53,8	45,3	41,2	29,8	23,2	17,2

Fonte: Censos Demográficos. Ver Ferrari, 1985, tabela 5, onde também se esclarece a razão por que se deixou de considerar o recenseamento de 1900.

**Gráfico 1**

**Tendência dos índices de analfabetismo entre as pessoas de 5 anos ou mais no Brasil e nos Estados de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, no período de 1872 a 1980.**



Fonte: Censos Demográficos

O primeiro exemplo se refere aos Estados de São Paulo e Pernambuco, os quais, em 1890, tinham percentuais praticamente idênticos de analfabetos entre a população de 5 anos ou mais (83,4 e 83,2%, respectivamente), levemente superiores ao índice nacional (82,6%). O declínio dos índices de analfabetismo que se verifica, a partir daí, nos dois estados, é muito mais acelerado em São Paulo do que em Pernambuco, de sorte que a desigualdade surgida entre os dois estados vai aumentando progressivamente. Em 1980 o censo demográfico acusa para Pernambuco, o estado de menor índice de analfabetismo no Nordeste, um índice 2,8 vezes superior ao verificado em São Paulo (50,0% e 17,8%, respectivamente). Conforme se viu acima, em 1980, entre as pessoas de 10 anos ou mais, Pernambuco superava em 3,4 vezes o índice de analfabetismo de São Paulo (43,4% e 12,9%, respectivamente). Isto certamente tem a ver com o fato de São Paulo emergir como centro econômico do País, primeiramente em decorrência da própria expansão da economia cafeeira e posteriormente em função do seu desenvolvimento industrial. Pernambuco, por sua vez, reflete as conse-

quências da decadência da economia nordestina.

O segundo exemplo resulta da comparação entre Rio Grande do Sul e São Paulo. O Rio Grande do Sul apresenta desde o primeiro censo (1872) duas diferenças fundamentais em relação a São Paulo: um índice inicial mais baixo (76,8% contra 81,2%, em 1872) e, o que é mais importante, um índice em declínio já antes de 1890. Em São Paulo, portanto, a queda do índice de analfabetismo tem início pelo menos duas décadas mais tarde e parte de um patamar mais elevado. No entanto, uma vez iniciada a queda (período de 1890-1920), ela se processa a um ritmo bem mais acelerado, o que faz com que São Paulo alcance o Rio Grande do Sul já em 1940 (cerca de 46%), correndo praticamente juntos os dois estados a partir daí até 1980.

No primeiro exemplo, temos uma situação de extrema desigualdade no presente, em contraposição a uma situação inicial de igualdade. O segundo exemplo nos refere a uma situação de desigualdade inicial que num primeiro momento

se agrava e a seguir se atenua rapidamente até desaparecer.

Esses exemplos são suficientes para mostrar que as desigualdades regionais são acentuadas não só em termos de posição em determinado momento, mas também de tendência no tempo.

Penso que vale referir aqui o que disse em estudo anterior sobre as questões que a comparação entre Rio Grande do Sul e São Paulo obriga a levantar:

"A primeira questão refere-se ao fator ou fatores que teriam antecipado em pelo menos duas décadas a queda do analfabetismo no Rio Grande do Sul em relação a São Paulo. Quanto a isto, cremos que se deveria começar pelo estudo da influência da imigração européia não-lusa no Rio Grande do Sul, particularmente da imigração alemã a partir de 1824. A segunda refere-se ao declínio mais rápido, embora mais tardio, dos índices de analfabetismo em São Paulo, o que teria a ver com a emergência desse Estado como centro econômico do País..." (Ferrari, 1985, p. 44).

Hoje faria uma retificação no texto citado: diria simplesmente "imigração européia não-lusa" ou então destacaria, junto com a imigração alemã, também a italiana. Pelo menos parece que é isto que os resultados do estudo sugerem.

3. A questão que a análise das desigualdades regionais nos obriga a levantar é de como pensar em uma política nacional de alfabetização e educação fundamental para atender a essa enorme diversidade regional, que vai de

11 a 13% de analfabetos num extremo (DF, SC, RS, SP e RJ) até 43 a 54% no outro (todo o Nordeste, mais o Acre). A política deve responder a situações concretas. Isto significa que, em nossas análises, precisamos descer ao plano das regiões, dos estados, das regiões dentro de cada estado e inclusive ao plano dos municípios e distritos, dos bairros dentro de uma cidade, etc. Tal desagregação das informações é indispensável tanto para o pesquisador quanto para o administrador da educação. No fundo, trata-se de saber **onde** estão os analfabetos e os excluídos da escola. Não se está negando com isto a importância da questão sobre **quem** são os analfabetos e os excluídos da escola. A resposta a esta segunda questão - na realidade, a questão principal - é dada pelo estudo do fenômeno em suas relações com classe social, sexo, cor, filiação religiosa, idade, etc. Quer-se apenas enfatizar que, principalmente quando se tem em mente subsidiar a intervenção na realidade, é indispensável que a pesquisa descubra também **onde** estão as pessoas que devem ser alfabetizadas.

4. Mas há outro aspecto a ser considerado em relação com a idéia de regionalização dos estudos sobre analfabetismo. Trata-se da dimensão urbano-rural, que foi objeto de estudo ainda inédito que desenvolvi com a participação do Prof. Elomar Tambara. A **tabela 3**, aqui reproduzida, faz parte desse estudo. Ela focaliza a alfabetização e não o analfabetismo. Limita-se às pessoas de 10 anos de idade no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Alagoas. Vejamos o que ela nos diz.

**Tabela 3**

**Alfabetização entre as pessoas de 10 anos de idade no Brasil e nos Estados do Rio Grande do Sul e Alagoas, segundo a situação de domicílio\* 1980**

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 10 ANOS DE IDADE		
	TOTAL	ALFABETIZADAS	% DE ALFABETIZ.
Total			
BRASIL	2.976.401	1.923.126	64.6
RS	165.922	148.801	89.6
AL	59.170	18.352	45.6
Zona Urbana			
BRASIL	1.843.622	1.441.186	78.1
RS	103.549	94.674	93.5
AL	27.025	13.274	49.0
Zona Rural			
BRASIL	1.132.779	481.940	42.5
RS	62.379	54.127	86.7
AL	32.145	5.078	15.7

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico - 1980*. \* De estudo inédito de Alceu R. Ferrari e Elomar Tambara.

- a) Para as três populações totais de 10 anos de idade, temos os seguintes índices: RS - 89,6%, BR - 64,6% e AL - 45,6%. O índice rio-grandense é praticamente o dobro do alagoano, figurando o Brasil em posição intermediária. Essa disparidade confirma a necessidade da regionalização dos estudos.
- b) Se considerarmos as populações urbanas de 10 anos de idade, os índices são, nos três casos, mais elevados do que os verificados para as populações totais. A diferença entre eles, no entanto, diminui um pouco: o índice do Rio Grande do Sul representa apenas 1,2 vezes o índice brasileiro e 1,9 vezes o alagoano.
- c) Mas, se voltarmos nossa atenção para as três populações rurais de 10 anos de idade, observamos desigualdades incríveis: o índice rural do Rio Grande do Sul (86,7%) é duas vezes mais elevado que o do Brasil (42,5%) e 5,5 vezes mais elevado que o índice rural alagoano (15,7%).
- d) Se compararmos os índices urbanos com os rurais, temos também enormes desigualdades. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o índice rural está bastante próximo do urbano (86,5% contra 93,5%). Para o Brasil o índice rural representa pouco mais que metade do índice urbano (42,5% e 78,1%, respectivamente). Já para Alagoas o índice rural (15,7%) representa menos de 1/3 do índice urbano desse estado (42,5%).
- e) Por último, o índice rural do Rio Grande do Sul (86,7%) representa 1,1 vezes o índice urbano do Brasil (78,1%) e 1,8 vezes o índice urbano de Alagoas.

Com base no que vimos nesta parte, podemos dar por assentadas, em termos metodológicos, a necessidade e importância: 1) de regionalização dos estudos sobre analfabetismo; 2) de levar em conta, nesses estudos, a divisão/oposição cidade-campo e 3) de atentar simultaneamente para a não-homogeneidade, seja do urbano, seja do rural.

Relativamente ao objeto de estudo, o Rio Grande do Sul se caracteriza não só por um dos menores índices de analfabetismo, como

também por uma diferença relativamente pequena entre urbano e rural no seu interior.

Apoiei-me, acima, apenas nos dados empíricos para estabelecer a importância das categorias rural e urbano nesse tipo de estudo. O fundamento teórico da importância desta separação/oposição já foi estabelecida há tempo e com muita clareza por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*:

"A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição de seus interesses". (p. 29)

A maior divisão entre o trabalho material e o intelectual é a separação entre a cidade e o campo". (p. 77)

Note-se que Marx e Engels não falam simplesmente em diferença entre cidade e campo, mas em separação e oposição de interesses. Seria, portanto, no mínimo equivocada a perspectiva de análise que, na distinção entre cidade e campo, perdesse de vista o aspecto mais importante da questão, que é exatamente o da relação entre ambos.

## VI - O RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO E PLATINO

Em estudo recente sobre "El Analfabetismo em América Latina" Miguel Soler Roca (1989, p. 1, cuadro nº 1) apresenta um resumo dos dados relativos às repúblicas latino-americanas, publicados pela UNESCO em 1988, com base nas estatísticas mais atualizadas disponíveis. Os dados do estudo de Roca, aqui reorganizados em ordem crescente, nos permitem situar o Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul no contexto latino-americano e em particular no contexto platino. Indica-se para cada caso o percentual de analfabetos para a população de 15 anos ou mais (para Cuba, 15 a 49 anos), destacando em parêntesis o ano do Censo Demográfico de onde provém o dado.

Distribuídos em ordem crescente, os países podem ser assim agrupados:

#### Grupo 1: menos de 10%

1 -	Cuba (1981)	2,2%
2 -	Argentina (1980)	6,1%
3 -	Uruguai (1975)	6,1%
4 -	Costa Rica (1984)	7,4%
5 -	Chile (1982)	8,9%

#### Grupo 2: 10% a menos de 20%

6 -	Paraguai (1982)	12,5%
7 -	Nicarágua (1979)	13,0%
	(42,5% em 1971)	
	(Rio G. do Sul (1980)	13,5%)
8 -	Panamá (1980)	14,4%
9 -	Colômbia (1981)	14,8%
10 -	Venezuela (1981)	15,3%
11 -	México (1980)	17,0%
12 -	Peru (1981)	18,1%
13 -	Equador (1982)	19,8%

#### Grupo 3: 20% a menos de 30%

14 -	Brasil (1980)	25,5%
------	---------------	-------

#### Grupo 4: 30% a menos de 40%

15 -	El Salvador (1980)	32,7%
16 -	Rep. Dominicana (1970)	33,0%
17 -	Bolívia (1976)	36,8%

#### Grupo 5: 40% ou mais

16 -	Honduras (1974)	43,1%
17 -	Guatemala (1973)	54,0%
18 -	Haiti (1982)	65,2%

O Brasil apresenta o segundo índice mais elevado de analfabetismo da América do Sul, superado somente pela Bolívia. Poderíamos dizer que, no que concerne ao analfabetismo, o Brasil se situa entre a América do Sul e México, de um todo, e a maioria das pequenas repúblicas da América Central, de outro. Em termos absolutos, concentra em seu território quase metade dos analfabetos da América Latina (18,7 milhões e 41 milhões, respectivamente).

E qual a posição do Estado do Rio Grande

do Sul nesse contexto? Com 13,5% de analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais em 1980, o Rio Grande do Sul situa-se praticamente no mesmo nível do Paraguai (12,5%) e da Colômbia (14,8%). Se o compararmos com os países platinos limítrofes, podemos dizer que o Estado do Rio Grande do Sul, com seus 13,5% de analfabetos, se encontra aproximadamente a meio caminho entre o Brasil (25,5%), de um lado, e a Argentina (6,1%) e Uruguai (6,1%), de outro, no que concerne ao problema analfabetismo.

E qual a situação das províncias argentinas e departamentos uruguaios que fazem divisa com o Estado do Rio Grande do Sul?

Pelo lado argentino, temos as províncias de Misiones e Corrientes. Ambas situam-se, segundo dados do censo argentino de 1980, no grupo de províncias de índices mais elevados de analfabetismo naquele país, isto é, superiores a 10%: **Corrientes** - 15,9%; **Misiones** - 12,9%; Chaco - 17,7%; Formosa - 13,7%; Jujuy, 13,2%; Nuequém - 10,5%; Rio Negro - 10,2%; Salta - 12,4%; Estero - 13,9% (Llomovate, 1989, Cuadro 2). O Rio Grande do Sul, portanto, com 13,5% de analfabetos, situa-se no mesmo nível das duas províncias limítrofes ou, se se preferir, entre o índice de Misiones (12,9%) e o de Corrientes (15,9%).

Pelo lado uruguaio, os índices mais elevados de analfabetismo se encontram precisamente na fronteira com o Rio Grande do Sul. Por exemplo, em 1975, os departamentos de Artigas e Rivera apresentavam os dois índices departamentais mais baixos de alfabetização no Uruguai: 90,0% e 87,9%, respectivamente, entre as pessoas de 10 anos e mais. Em termos comparativos, agora para a população de 10 anos ou mais, temos os seguintes índices de analfabetismo:

Rio Grande do Sul	- 12,5% (1980)
Rivera	- 12,1% (1975)
Artigas	- 10,0% (1975)

Como se pode ver, também aqui os departamentos uruguaios da fronteira encontram-se em situação muito semelhante à do Rio Grande do Sul como um todo. Observe-se, no entanto, que o que é válido para o Estado, já não vale para as microrregiões e municípios gaúchos da fronteira. Com efeito, de um modo geral, como se verá a seguir, os índices nas regiões de fronteira situam-se acima do índice estadual, principalmente no meio rural.

## VII - FONTE E INDICADORES

Os dados educacionais utilizados no estudo foram fornecidos pelo IBGE, em tabulações especiais para o Projeto FAGED-UFRGS/OEA. Trabalhei com quatro informações básicas para o Estado do Rio Grande do Sul, todas do último censo demográfico (1980):

- a) Analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais, segundo os municípios e a situação do domicílio.
- b) Analfabetismo entre as pessoas de 10 a 19 anos, segundo os municípios e a situação do domicílio.
- c) Pessoas com menos de 4 anos de estudo entre a população de 15 a 19 anos, segundo as mesorregiões, as microrregiões, os municípios e a situação do domicílio.
- d) Não estudantes entre as pessoas de 7 a 14 anos, segundo as mesorregiões, as microrregiões, os municípios e a situação do domicílio.

No Censo Demográfico de 1980 foram definidas como alfabetizadas "as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecessem". São, pois, analfabetas, segundo o mesmo critério censitário, todas as pessoas que não sejam capazes de ler e escrever um bilhete simples. As duas

primeiras informações têm por base esse conceito censitário de alfabetização/analfabetismo. Saltam aos olhos as limitações desse conceito. A terceira informação (pessoas de 15 a 19 anos, com menos de quatro anos de estudo) representa uma tentativa de definição mais estrita de analfabetismo com base nas próprias estatísticas censitárias.

A quarta informação (não estudantes entre as pessoas de 7 a 14 anos) tem a ver diretamente com o processo de exclusão da escola e de produção do analfabetismo hoje.

Utilizei no estudo dados do último censo (1980) pela simples razão de que as PNADs não comportam as desagregações desejadas.

A **tabela 4** nos permite avaliar a situação do Estado do Rio Grande do Sul em 1980 relativamente aos 4 indicadores escolhidos, sempre com discriminação das populações urbana e rural.

Os 709.466 analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais no Estado do Rio Grande do Sul em 1980 representavam 13,5% da população. O índice rural (19,9%) é quase duas vezes mais elevado do que o urbano (10,6%). No entanto, é importante salientar que, em números absolutos, no Estado, há mais analfabetos na cidade (384.082) do que no campo (325.384).

**Tabela 4**

**Situação educacional do Estado do Rio Grande do Sul em 1980, segundo os indicadores escolhidos, com desagregação das populações urbana e rural.**

INDICADORES	TOTAL	MEIO URBANO	MEIO RURAL
1. Analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais	13,5% (709.466)	10,6% (384.082)	19,9% (325.384)
2. Analfabetos entre as pessoas de 10 a 19 anos			
- 10 a 14 anos	6,6% (55.376)	5,3% (28.077)	8,7% (27.299)
- 15 a 19 anos	4,8% (42.608)	3,5% (20.890)	7,2% (21.718)
- 10 a 19 anos	5,6% (97.984)	4,4% (48.967)	8,0% (49.017)
3. Pessoas de 15 a 19 anos com menos de 4 anos de estudo	15,6% (139.502)	12,5% (73.980)	21,8% (65.522)
4. Não estudantes entre as pessoas de 7 a 14 anos	20,0% (265.103)	14,0% (117.148)	30,2% (147.955)

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 1980*. Tabulações especiais para o Projeto FAGED-UFRGS/OEA.

## VIII - TIPOLOGIA AGRÁRIA, ÁREAS DE COLONIZAÇÃO E ESTRUTURA MICRORREGIONAL

Antes de passar à análise de como se distribui no Estado do Rio Grande do Sul o analfabetismo entre as diferentes regiões e municípios, apresento três mapas que servirão de subsídio na análise e facilitarão a compreensão dos mapas do analfabetismo.

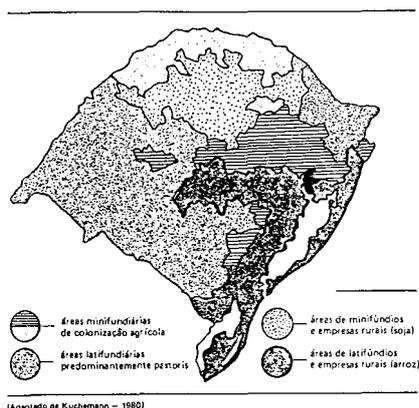
Os **mapas 2 e 3** são aqui reproduzidos da obra Espaço e Sociedade no Rio Grande do Sul, com a permissão dos autores Igor A. G. Moreira e Rogério H. da Costa (1986). Apresenten

tam-nos, respectivamente, uma tipologia agrária e as áreas de colonização do Estado, aspectos esses de fundamental importância para a análise da distribuição geográfica do analfabetismo. Esses mapas são auto-explicativos, de sorte que dispensam maiores esclarecimentos.

O **mapa 4** apresenta a estrutura microrregional do Estado, com a divisão municipal à época do censo de 1980 e com indicação da cidade-pólo de cada microrregião. É mais um subsídio para a análise. Neste, como nos demais mapas que seguem, aparecem apenas os números de ordem das microrregiões. Os nomes correspondentes constam na relação em anexo.

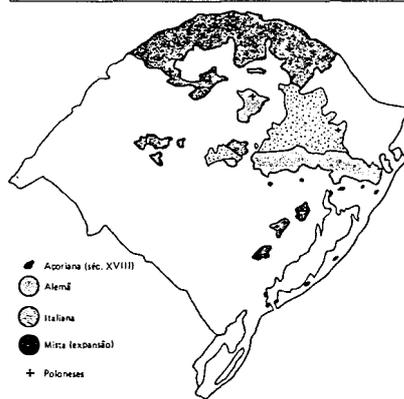
MAPA 2\*

TIPOLOGIA AGRÁRIA



MAPA 3\*

ÁREAS DE COLONIZAÇÃO



\*Mapas reproduzidos de Igor A. G. Moreira e Rogério H. Costa, *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*, 1986, p. 65 e 73, com permissão dos autores.

Mapa 4 - Estrutura microrregional do Rio Grande do Sul



## IX - ANALFABETISMO URBANO

Conforme já vimos, o Estado do Rio Grande do Sul tinha, em 1980, 384.082 analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais residentes no meio urbano, representando em termos relativos 10,6% do total, índice que, para facilitar a análise que segue, é arredondado para 10%.

Conforme se pode verificar no **mapa 5**, situam-se acima do índice estadual urbano de analfabetismo (10%):

- todo o litoral (microrregiões 310 - Litoral Setentrional; 318 - Litoral Oriental da Lagoa dos Patos; 319 - Lagoa Mirim);

- toda a fronteira sul, com a República do Uruguai (319 - Lagoa Mirim e 321 - Campanha);

- grande parte da fronteira oeste, com a Argentina (321 - Campanha e 323 - Colonial das Missões);

- toda a região a oeste da Lagoa dos Patos (317 - Lagoa dos Patos e 320 - Alto Camaquã);

- todo o Vale do Jacuí (315) e parte da Microrregião de Santa Maria (316), situada ao meio da Diagonal Rio-Grandense que corre de leste a oeste pelos vales do Jacuí, Vacacaí e Ibicuí, dividindo o Estado ao meio.

Até aqui temos, com índices superiores ao índice urbano estadual (10%), toda a metade sul do Estado e todo o litoral.

Acrescentem-se ainda, no Planalto Meridional do Rio Grande do Sul, a quase totalidade dos municípios que integram as microrregiões situadas ao correr do caminho de penetração até as Missões pelo Planalto (331 - Campos de Vacaria; 328 - Passo Fundo; 330 - Soledade; 322 - Triticultura de Cruz Alta e 323 - Colonial das Missões).

As áreas que acabei de separar caracterizam-se pela predominância do latifúndio, seja de pecuária extensiva, seja de lavoura empresarial. Integra este conjunto também a região das minas. E note-se que não estamos analisando a estrutura fundiária do Estado, mas o analfabetismo. E não o analfabetismo rural, mas o urbano!

E quais as regiões com índices de analfa-

betismo inferiores a 10%?

- os principais centros urbanos da Microrregião de Porto Alegre (308);

- a maioria dos municípios das zonas de colonização alemã situados na Enconsta do Planalto Meridional (309 - Colonial da Encosta da Serra Geral, 313 - Colonial do Baixo Taquari e 314 - Fumicultora de Santa Cruz do Sul);

- a grande maioria dos municípios das microrregiões Vinicultora de Caxias do Sul (311) e Colonial do ALto Taquari (312), de colonização italiana.

No restante do Planalto: Colonial de Santa Rosa (324), Colonial de Ijuí (327), Colonial de Iraí (325) e Colonial de Erechim (326), ao norte do Estado, nas chamadas colônias novas, mistas, temos uma situação intermediária: parte acima e parte abaixo de 10%.

Os poucos municípios com menos de 5% de analfabetos estão nas seguintes quatro microrregiões coloniais: Enconsta da Serra Geral (309), Baixo Taquari (313), Alto Jacuí (329) e Santa Rosa (324). No outro extremo, os índices mais elevados (a partir de 15%) encontram-se, não na faixa das fronteiras sul e oeste, mas entre essa faixa e a Diagonal Rio Grandense, estendendo-se até o Litoral Oriental da Lagoa dos Patos e penetrando no Planalto pela Microrregião de Soledade (330). Os índices urbanos dos municípios de toda a fronteira com o Uruguai e da maior parte da fronteira com a Argentina ficam compreendidos na faixa de 10% a menos de 15%, pouco acima, portanto, do índice estadual urbano (10,6%).

## X - ANALFABETISMO RURAL

No meio rural do Estado do Rio Grande do Sul havia, em 1980, 325.384 analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais, perfazendo o percentual de 19,9%, índice este que pode ser arredondado para 20% para efeito de análise comparativa (**Mapa 6**).

Situam-se acima do índice estadual rural (acima de 20%):

- todos os municípios do litoral (microrregiões 310, 318, 319);



- toda a metade sul do Estado, com exceção de dois municípios (microrregiões 317, 319, 315, 320, 316, 321), penetrando na direção norte pelos Campos de Vacaria (331), pela Colonial das Missões (323) e pela microrregião de Soledade (330).

- grande parte da microrregião de Porto Alegre (308), inclusive a zona rural do município da Capital.

- cerca de 20 municípios, formando quase uma ilha, compreendendo grande parte da Microrregião Colonial de Iraí (325), mais alguns municípios das microrregiões de Passo Fundo (328) e Colonial Erechim (326).

Os índices inferiores a 20% concentram-se nas microrregiões coloniais (309, 311, 312, 314, 329, 326, 324, 327). Inclui-se nesta categoria com índices pouco inferiores ao índice estadual (entre 15 e 20%) a Microrregião Triticulora de Cruz Alta (322) e parte da Microrregião de Passo Fundo (328).

Em grandes linhas temos, no meio rural, o mesmo quadro encontrado no meio urbano do Estado: níveis de analfabetismo geralmente superiores ao índice estadual (20%) nas regiões de pecuária extensiva, de lavoura empresarial e de mineração, e níveis geralmente inferiores ao índice estadual, nas regiões coloniais.

As ressalvas a serem feitas são as seguintes: 1) a Microrregião Triticulora de Cruz Alta (322) e parte da Microrregião de Passo Fundo (328), situadas agora levemente abaixo do índice estadual; 2) diversos municípios coloniais, situados nas microrregiões da Encosta da Serra Geral (309), Fumicultura de Santa Cruz do Sul (314), Erechim (326), e particularmente Iraí (325), que apresentam índices que se aproximam dos característicos das regiões de latifúndio. Isto provavelmente tem a ver com o empobrecimento progressivo de determinadas áreas coloniais, resultante do sucessivo parcelamento da terra. A condição do camponês nessas regiões minifundiárias já se estaria aproximando da condição dos trabalhadores assalariados da estância, da grande lavoura empresarial e da mina.

Teríamos aí um indicador claro da progressiva proletarianização das regiões caracterizadas, no passado mais remoto, pela propriedade familiar, e no passado mais recente e nos dias atuais,

cada vez mais pelo minifúndio. Mas isso não impede que ainda hoje, em termos de analfabetismo, tanto urbano, quanto rural, o Estado se divida em duas partes nitidamente distintas: de um lado, a pecuária extensiva, a grande lavoura empresarial e a mineração, e de outro, as regiões coloniais, cada vez mais minifundiárias.

Esta divisão do Estado é ao mesmo tempo geográfica, econômica, social, política, étnico-cultural e, conforme vimos, educacional. Salta aos olhos a determinação estrutural do analfabetismo.

## XI - ANALFABETISMO NA FAIXA DE 10 A 19 ANOS

1. Em 1980 havia 98 mil analfabetos na faixa de 10 a 19 anos, dos quais 55,4 mil com 10 a 14 anos e 42,6 mil com 15 a 19 anos, distribuídos em quantidades praticamente idênticas entre meio urbano e meio rural, mas representando os índices rurais quase o dobro dos urbanos (**tabela 4**). Os índices são relativamente baixos, variando de 3,5% entre as pessoas de 15 a 19 anos no meio urbano e 8,7% entre as pessoas de 10 a 14 anos no meio rural. Mas o contingente de 98 mil analfabetos no Estado do Rio Grande do Sul não é de forma alguma desprezível. Entendo que a solução do problema do analfabetismo passa necessariamente por uma ação decidida no sentido de atingir os analfabetos nos grupos de 10 a 14 e 15 a 19 anos.

Os dados do PNAD 1987 são até alentadores, uma vez que tanto os números absolutos de analfabetos quanto os índices de analfabetismo teriam baixado sensivelmente no período de 1980 a 1987, particularmente nos grupos de idade mais jovens, conforme se pode verificar na **tabela 5**. Na faixa de 10 a 19 anos, o número de analfabetos teria baixado de 98 mil para 65 mil. No meu entendimento, seria muito mais pertinente e eficaz concentrar esforços na alfabetização desses aproximadamente 65 mil analfabetos de 10 a 19 anos, do que perder-se no objetivo por demais amplo, vago e inatingível de alfabetizar os quase 688 mil analfabetos de 10 anos ou mais, dos quais mais da metade com 50 anos ou mais de idade (PNAD 1987).

Obviamente, o direito à educação deve ser assegurado a todos, independentemente de idade. Mas no plano político é necessário

estabelecer prioridades em termos de objetivos a realizar. Estancar a fonte de analfabetismo deve, sem dúvida, constituir a prioridade número um. Preocupa sobremaneira a pouca atenção dada aos analfabetos na faixa de 10 a 14 anos. De um lado, como a maioria deles ou nunca entrou ou já foi excluída da escola, esta

não se preocupa com eles a menos que espontaneamente a procurem. De outro lado, como ainda não chegaram aos 15 anos de idade, são excluídos das formas alternativas de alfabetização ou de ensino fundamental. Sem uma ação eficaz nessa faixa de idade é impossível estancar a fonte do analfabetismo. Os analfabetos de 15 a 19 anos deveriam vir logo a seguir na ordem de preocupações.

**Tabela 5**

**Analfabetismo no Estado do Rio Grande do Sul entre as pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo o Censo de 1980 e a PNAD de 1987**

FONTES E GRUPOS DE IDADE	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS		
	CENSO DE 1980	Total	Analfabetas
Total	6.097.923	764.842	12.50
10 a 14 anos	843.464	55.376	6.60
15 a 19 anos	893.001	42.608	4.80
20 a 24 anos	791.799	43.479	5.50
25 a 29 anos	669.646	50.808	7.60
30 a 39 anos	1.012.664	115.331	11.40
40 a 49 anos	765.080	133.658	17.50
50 a 59 anos	556.497	128.143	23.00
60 anos ou +	556.944	191.362	34.40
Idade Ignorada	9.832	3.492	35.50
<b>PNAD DE 1987</b>			
Total	6.938.182	687.749	9.90
10 a 14 anos	850.545	35.762	4.20
15 a 19 anos	833.089	29.641	3.60
20 a 24 anos	830.687	22.922	2.80
25 a 29 anos	765.664	40.196	5.20
30 a 39 anos	1.346.957	82.836	6.10
40 a 49 anos	901.758	115.209	12.80
50 a 59 anos	696.682	149.586	21.50
60 anos ou +	712.590	211.597	30.00
Idade Ignorada	210		

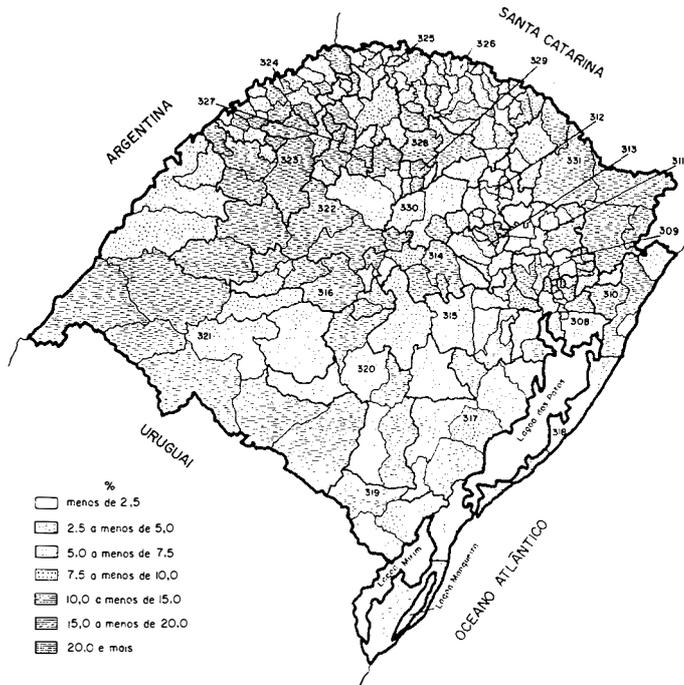
Fontes: IBGE. *Censo Demográfico - 1980 e PNAD 1987.*

Definidos os grupos de idade a serem priorizados, é de fundamental importância saber não só **quantos** são, mas também **onde** estão os analfabetos. Refiro-me à necessidade do mapeamento do fenômeno em nível de municípios, separadamente para o meio urbano e para o meio rural, como fiz acima com a população de

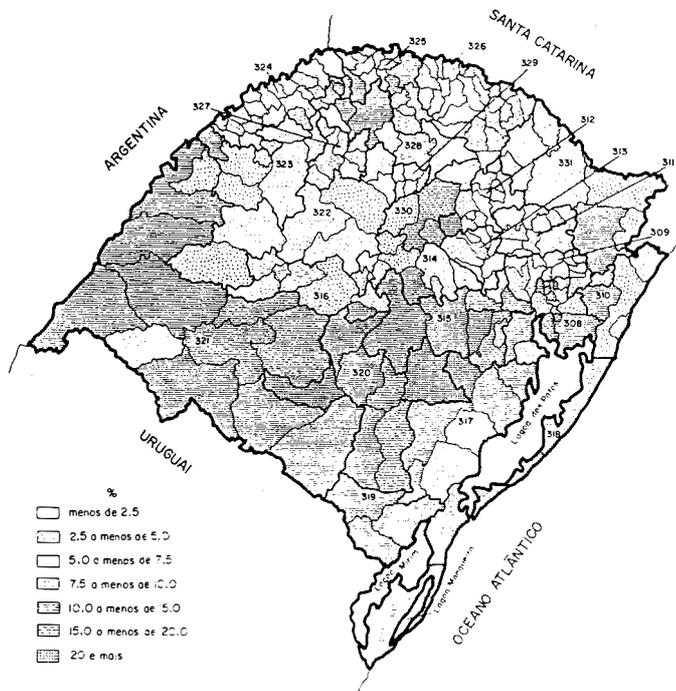
15 anos ou mais.

2. Começamos com a análise da distribuição do analfabetismo urbano entre as pessoas de 10 a 19 anos (**mapa 7**), reunindo numa única categoria o que defini como prioridades um e dois.

**Mapa 7**  
**Percentagem de analfabetos entre a população urbana de 10 a 19 anos,**  
**segundo os municípios. Rio Grande do Sul, 1980.**



**Mapa 8**  
**Percentagem de analfabetos entre a população rural de 10 a 19 anos,**  
**segundo os municípios. Rio Grande do Sul, 1980.**



Em 1980 havia, no meio urbano do Estado do Rio Grande do Sul, 48.967 analfabetos entre as pessoas de 10 a 19 anos, perfazendo 4,4% do total de pessoas nessa faixa de idade.

Por um lado os índices mais baixos (inferiores a 2,5%) se encontram todos nas regiões coloniais, sendo mais freqüentes nas colônias velhas, identificadas no mapa 3, como colônias alemã e italiana, e menos freqüentes nas colônias novas (mistas). Na Colonial das Missões e na Colonial de Iraí tais índices constituem exceção. Por outro lado, os índices de 5% ou mais estão praticamente todos fora das regiões coloniais, ou seja, estão quase todos nas áreas urbanas das regiões latifundiárias. Os índices de 2,5% a menos de 5% cobrem grande parte do Estado, sendo de um modo geral os mais elevados das regiões coloniais e os mais baixos das regiões latifundiárias.

3. No meio rural o problema é bem mais grave: 1) o índice estadual rural (8%) representa quase o dobro do urbano (4,4%) e 2) a amplitude é bem maior, indo de 1% a mais de 20%. Para efeito de análise podemos classificar os municípios em três níveis (mapa 8):

- a) índices baixos (menos de 5%) em relação ao índice estadual de 8%, típicos das regiões coloniais, com exceção das microrregiões de Iraí e Missões (325 e 323);
- b) índices altos (10% ou mais) em relação ao índice estadual, compreendendo, com poucas exceções, toda a metade-sul do Estado, do Atlântico até o rio Uruguai, subindo até as Missões (323), e da Diagonal Rio-Grandense até a fronteira com o Uruguai ao Sul, e mais algumas áreas no Planalto (331, 330, 328 e 325);
- c) índices intermediários (5% a menos de 10%), sendo, também aqui, quase sempre, os mais elevados das regiões coloniais e os mais baixos das regiões de latifúndio (pecuária, lavoura empresarial e mineração).

Em síntese, repete-se aqui, para a população de 10 a 19 anos, a mesma vinculação entre latifúndio e altos índices de analfabetismo. E novamente isto é válido inclusive no que se refere ao analfabetismo no meio urbano, tal a força de determinação da estrutura fundiária no Estado.

4. Os exemplos reunidos na tabela 6 permitem esclarecer outro aspecto importante da questão. Há municípios em que praticamente se estancou a fonte do analfabetismo, pelo menos segundo o critério "ler e escrever um bilhete simples", com índices em torno de 1%, tanto no meio urbano como no meio rural. No outro extremo, temos situações com índices ainda extremamente elevados para a faixa de 10 a 19 anos de idade, chegando a ultrapassar os 20%.

Mas não basta atentar para os índices de analfabetismo. Importa considerar também os números absolutos. Porto Alegre, por exemplo, tinha, em 1980, 8.989 analfabetos de 10 a 19 anos de idade, dos quais 8.636 no meio urbano. Embora o seu índice urbano seja moderado (4,18%), o número absoluto representa quase 1/10 dos analfabetos do Estado todo, nessa faixa de idade.

É necessário voltar a insistir que, para a formulação de políticas e planos de alfabetização, é absolutamente necessário que se possa dispor de dados mais desagregados do que os oferecidos pelos volumes dos censos. O próximo censo demográfico, que deveria ter sido realizado ainda em 1990, mas que acabou sendo transferido para 1991, poderia ser a oportunidade de o IBGE oferecer prontamente, a cada estado e a cada município, na forma de tabulações especiais, informações atualizadas e em tal nível de detalhamento que efetivamente pudessem subsidiar os formuladores de políticas e os administradores da educação.

## XII - O ANALFABETISMO DEFINIDO PELO CRITÉRIO ANOS DE ESTUDO

1. Até aqui referi-me ao analfabetismo definido de acordo com o critério censitário que considera analfabetas as pessoas que não sejam capazes de "ler e escrever um bilhete simples" (IBGE, 1980). São evidentes as limitações de tal definição. Em primeiro lugar, ela é mais uma definição operacional do que propriamente conceitual. Em segundo lugar, mesmo como definição operacional é insuficiente, se utilizada como critério único.

No que concerne à questão conceitual, creio que a principal contribuição é a de Paulo

**Tabela 6**  
**Analfabetismo entre as pessoas de 10 a 19 anos em alguns municípios do**  
**Estado do Rio Grande do Sul em 1980, por situação de domicílio**

<b>SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO</b>									
<b>TOTAL</b>				<b>URBANA</b>			<b>RURAL</b>		
<b>Municípios</b>	<b>Total</b>	<b>Analfabetos</b>	<b>% Analfabetos</b>	<b>Total</b>	<b>Analfabetos</b>	<b>% Analfabetos</b>	<b>Total</b>	<b>Analfabetos</b>	<b>% Analfabetos</b>
Feliz	2.989	30	1,00	813	8	0,98	2.176	22	1,01
C.B.*	3.366	34	1,01	1.531	14	0,91	1.835	20	1,08
Paráí	1.231	16	1,29	162	-	-	965	12	1,24
Sel.*	1.154	12	1,31	886	8	0,90	2.009	30	1,49
N.P.*	2.895	38	1,31	886	8	0,90	2.009	30	1,49
...									
POA*		8.989	4,30		8.636	4,18	2.223	353	15,80
...									
Pel.*	52.254	2.976	5,69	40.643	1.833	4,51	11.611	1.143	9,84
...									
Enc.*	6.698	1.142	17,04	1.978	122	6,16	4.720	1.020	21,61
F.X.*	3.646	877	24,05	392	25	6,37	3.254	852	26,18
S.J.*	5.233	1.272	24,30	1.910	355	18,58	3.223	917	27,59

Fonte: IBGE. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980 para o Projeto FACED-UFRGS/OEA

\* Feliz, Carlos Barbosa, Paráí, Selbach, Nova Petrópolis, Porto Alegre, Pelotas, Encruzilhada do Sul, Fontoura Xavier, São José do Norte.

Freire (1985) e já me referi a ela acima. Limite-me aqui ao segundo aspecto da questão. Que fazer se *"ler e escrever um bilhete simples"* não satisfaz como critério para classificar alfabetizados e analfabetos? Esse critério não pode ser abandonado por ser ele o único que nos permite analisar a dinâmica do fenômeno desde o primeiro censo (1872). Até 1920 inclusive, a única característica educacional pesquisada nos censos era a alfabetização. Acresce a isto a importância dessa informação para efeito de comparações internacionais. Não sendo possível simplesmente sua substituição por outro melhor, optei pela utilização de um critério complementar, elaborado a partir da informação censitária "anos de estudo", conforme dito acima. Vejamos o resultado da aplicação desse critério.

De acordo com o critério censitário (ler e escrever um bilhete simples), havia no Estado do Rio Grande do Sul, em 1980, 42.608 analfabetos no grupo de 15 a 19 anos, o equivalente a 4,8% (Tabela 4). Se, para esse mesmo grupo de idade, considerarmos como analfabetas todas as pessoas de 15 a 19 anos que, em 1980, tinham menos de quatro anos de estudo, esse número se eleva para 139.502, correspondente a 15,6%, número e índice esses 3,3 vezes mais elevados do que os obtidos pelo critério censitário. Esse número está assim distribuído: 73.980 no meio urbano e 65.522 no meio rural.

Pode-se passar agora à análise da distribuição do analfabetismo definido segundo o critério "menos de 4 anos de estudo". Para essa análise dispõe-se agora também de mapas das divisões microrregionais, o que possibilita uma visão mais sintética da distribuição do fenômeno.

2. Para o Estado, é 12,5% o índice de analfabetismo urbano entre as pessoas de 15 a 19 anos segundo o critério "4 anos de estudo" (isto é, com menos de 4 anos de estudo). Os mapas 9 e 10 nos permitem analisar a distribuição do fenômeno respectivamente por municípios e por microrregiões. Podemos classificar municípios e microrregiões em três categorias com respeito ao índice estadual urbano (12,5%): abaixo (menos de 10%), em torno (10% a menos de 15%) e acima (15% ou mais).

Índices abaixo de 10% são encontrados quase que exclusivamente nas regiões coloniais.

Índices superiores a 15%, chegando em alguns casos a superar os 30%, são predominantes nas microrregiões do Litoral, mais o Alto Camaquã e Vale do Jacuí, constituindo exceção nas zonas coloniais.

Índices em torno do índice estadual (10% a menos de 15%) são predominantes nas zonas latifundiárias do Planalto e da Campanha, bem como em algumas regiões coloniais - Encosta da Serra Geral (309), Missões (323), Santa Rosa (324), Iraí (325) e Ijuí (327).

Em síntese, temos uma distribuição semelhante à verificada com os dois indicadores anteriormente examinados.

3. No que diz respeito ao meio rural, o índice estadual é 21,8%. A amplitude é enorme, variando os índices de menos de 5% a mais de 40%.

Tomando-se 20% como referência, pode-se verificar nos mapas 11 e 12 que, com poucas exceções, nas regiões coloniais predominam índices inferiores a 20% e até inferiores a 10%, e que nas regiões latifundiárias predominam índices superiores a 20% e até superiores a 30% e mesmo a 40%. As exceções ficam por conta das regiões coloniais das Missões e Iraí (323 e 325), com índices superiores a 20%, e Triticulora de Cruz Alta (322), com índices inferiores a 20%.

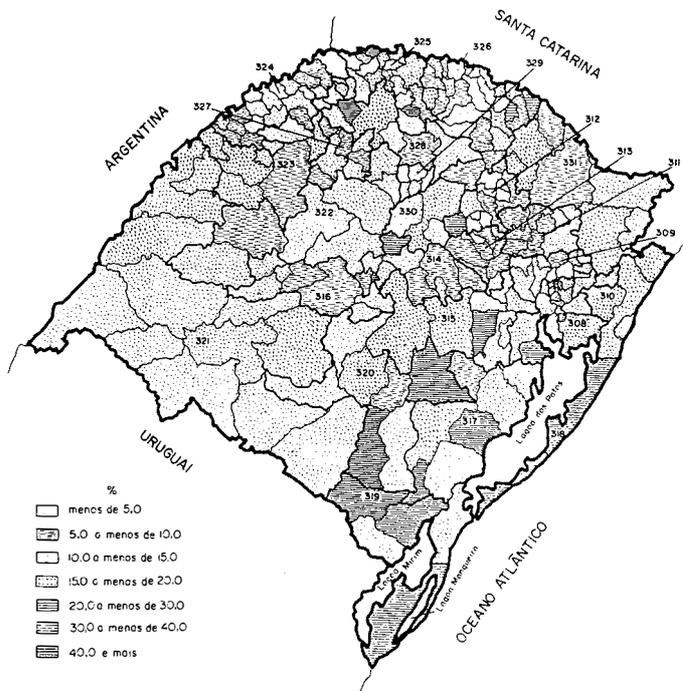
Em síntese, qualquer que seja o critério de classificação adotado, o analfabetismo é muito mais freqüente nas regiões latifundiárias, mesmo tratando-se do analfabetismo urbano. Em contrapartida, com as ressalvas feitas às microrregiões coloniais de Iraí e Missões (325 e 323), as zonas coloniais apresentam índices bem mais baixos de analfabetismo.

## XIII - ESCOLA E PRODUÇÃO DO ANALFABETISMO

1. E o que tem a ver escola com o analfabetismo? Conforme já demonstrei em trabalhos anteriores (Ferrari, 1985 e 1987), a escola medeia a produção do analfabetismo. E o faz através de duas formas de exclusão, que podem ser definidas e quantificadas em relação à população em idade de escolarização obrigatória (7 a 14 anos), mas que poderiam estender-se também a outros grupos etários, tanto

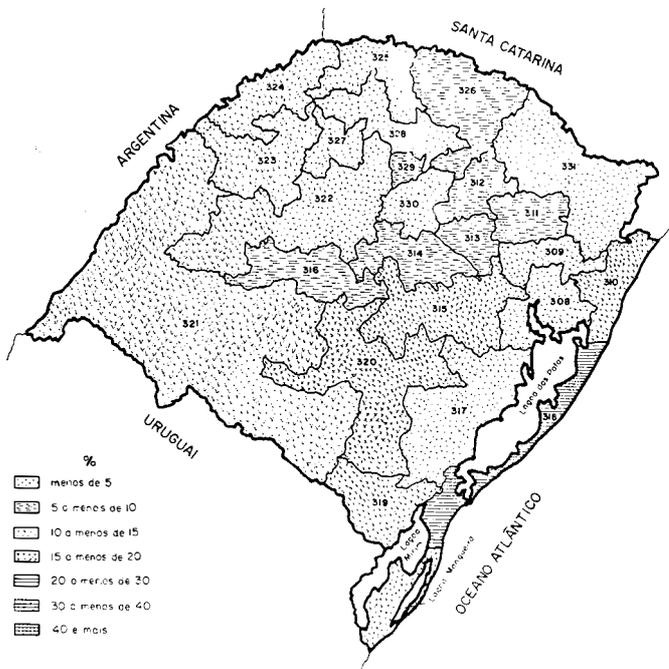
**Mapa 9**

**Percentagem de pessoas com menos de 4 anos de estudo entre a população urbana de 15 a 19 anos, segundo os municípios. Rio Grande do Sul, 1980.**



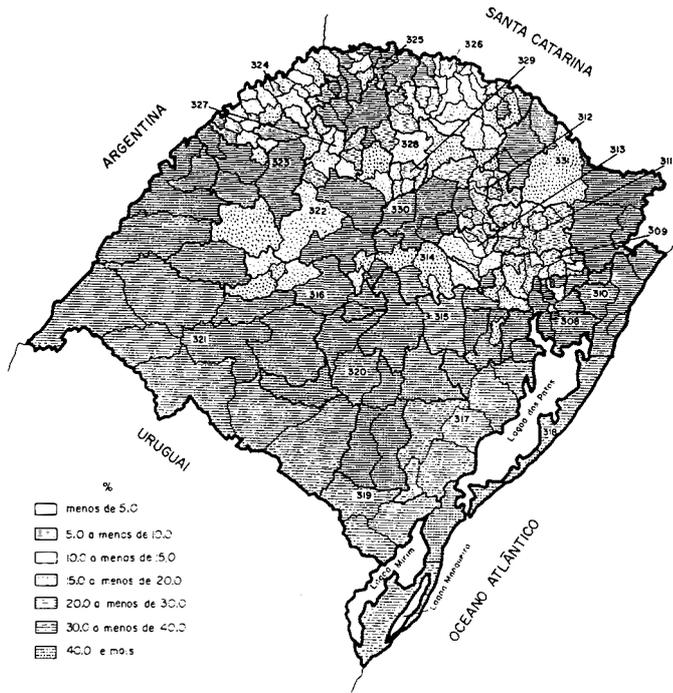
**Mapa 10**

**Percentagem de pessoas com menos de 4 anos de estudo entre a população urbana de 15 a 19 anos, segundo as microrregiões. Rio Grande do Sul, 1980.**



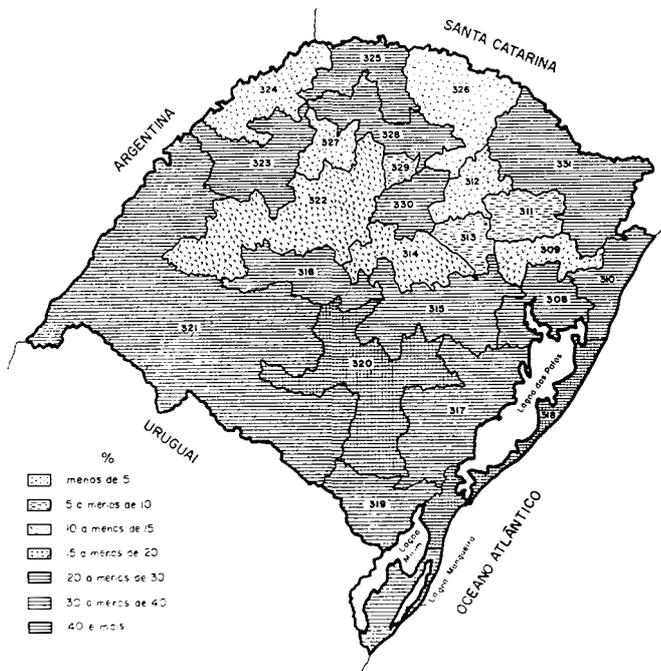
**Mapa 11**

**Percentagem de Pessoas com menos de 4 anos de estudo entre a população rural de 15 a 19 anos, segundo os municípios. Rio Grande do Sul, 1980.**



**Mapa 12**

**Percentagem de pessoas com menos de 4 anos de estudo entre a população rural de 15 a 19 anos, segundo as microrregiões. Rio Grande do Sul, 1980.**



**abaixo de 7 anos, como acima de 14 anos. Essas duas formas foram assim definidas (Ferrari, 1987, p. 93).**

**"A exclusão da escola... compreende duas categorias de crianças e adolescentes: os que nunca ingressaram na escola e os que, ainda na faixa de 7 a 14 anos, já foram dela excluídos. Essa segunda categoria de excluídos da escola é alimentada principalmente pelos que já foram de alguma forma atingidos pela exclusão praticada na escola. Essa segunda forma de exclusão escolar tem a ver diretamente com o próprio processo de alfabetização e costuma ser obscurecida por expressões como baixo rendimento, fracasso escolar, reprovação, repetência. Na realidade, esta é também uma forma de exclusão, com a diferença que, aqui, os excluídos ainda estão na escola,..."**

A exclusão da escola pode ser aferida pela não-frequência à escola, ao passo que a exclusão na escola pode ser medida pela defasagem nos estudos ou pela assincronia na relação idade/série. No estudo citado (tabela 6 e gráfico 4) mostrei as dimensões alarmantes dessas duas formas de exclusão entre os cerca de 30 milhões de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, conforme dados do censo de 1980: 7,6 milhões de excluídos da escola e 6,4 milhões de excluídos na escola, ou seja, com defasagem de pelo menos dois anos na relação idade/série. Em termos percentuais, esses dois grupos de excluídos representam respectivamente 32,9% e 27,6%. Somados, ultrapassam os 60% do total de 7 a 14 anos. Essa a situação do Brasil em 1980.

2. O Rio Grande do Sul caracteriza-se como um dos estados de melhores sistemas de ensino fundamental e de menores índices de analfabetismo. Mesmo assim, os dados do Censo de 1980 são alarmantes. Com efeito, havia no Estado, naquele ano, 265 mil crianças de 7 a 14 anos excluídas da escola, das quais 117 mil no meio urbano e 148 mil no meio rural, correspondendo a 20,0% no Estado como um todo, a 14,0% no meio urbano e a 30,2% no meio rural. Aos excluídos da escola é necessário acrescentar os excluídos na escola, entendendo-se como tais os alunos já defasados nos estudos, geralmente em consequência da reprovação e repetência. Os que tinham pelo menos dois anos de defasagem na relação idade/série somavam, em 1980, sempre no grupo de 7 a 14 anos, outros 312 mil, representando 23,5% do total. As duas formas de exclusão atingiam, conjuntamente, 43,5% da popula-

ção de 7 a 14 anos, num total de 577 mil crianças. Esses números dão a dimensão do papel de mediação desempenhado pela escola na produção do analfabetismo no Estado do Rio Grande do Sul.

As PNADs dos anos 80 indicam que o quadro do analfabetismo no Estado não deve ter-se alterado tão substancialmente a ponto de invalidar as nossas análises: de 1980 para 1987, o número de analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais baixou de 709 mil para 652 mil, o que, em termos percentuais, representa uma queda de 13,5% para 10,7% no mesmo período. Mas o fenômeno da exclusão da escola é tão grave, que vale a pena analisar a sua distribuição no Estado.

3. E começarei analisando o fenômeno no meio urbano, com o auxílio dos mapas 13 e 14, tendo como referência o índice estadual urbano de exclusão da escola, o qual, em 1980, era da ordem de 14%.

Índices de exclusão da escola inferiores a 10% são relativamente raros e verificam-se quase todos nas regiões coloniais. Apenas duas regiões coloniais (Alto Taquari - 312 e Alto Jacuí - 329) apresentam índices regionais inferiores a 10%.

Índices de 10 a 15% são predominantes no Estado, incluída aí a Campanha (321), com exceção de um município. Índices superiores a 15% predominam nas três Microrregiões do Litoral (310,318,319), na Microrregião de Soledade e surpreendentemente em várias microrregiões coloniais (309 - da Encosta da Serra Geral, 323 - das Missões, 327 - de Ijuí e 325 - de Iraí).

Em relação à exclusão da escola (não-frequência à escola) no meio urbano do Rio Grande do Sul impõem-se algumas conclusões.

- a) É importante reconhecer que um índice estadual urbano de 14% de excluídos da escola na faixa de 7 a 14 anos deve ser considerado não só elevado, como também preocupante. Tal situação é absolutamente incompatível com a realização da meta de alfabetização universal.



- b) No que concerne os índices urbanos de exclusão da escola no Estado, a vantagem das zonas coloniais em relação às zonas de pecuária extensiva, lavoura empresarial e mineração já não aparece com tanta evidência como nas análises anteriores, ou melhor, já não se manifesta com a mesma frequência verificada em relação aos indicadores de analfabetismo.
- c) Não é de se excluir que essa situação se deva em parte ao intenso movimento migratório rural-urbano que atinge tanto as cidades das regiões coloniais como as cidades das regiões latifundiárias.

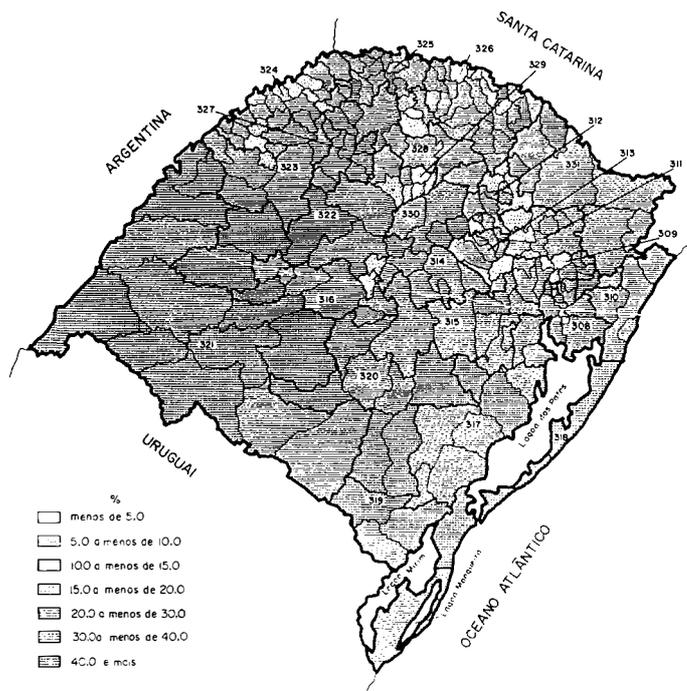
4. Mas, se a situação no meio urbano é preocupante, o índice estadual rural de 30,2% de exclusão da escola entre as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos é com certeza alarmante. Isto significa que, no meio rural, 3 e cada 10 crianças de 7 a 14 anos, estavam fora da escola em 1980.

Se tomarmos como referência o índice estadual rural (30%, arredondando), podemos

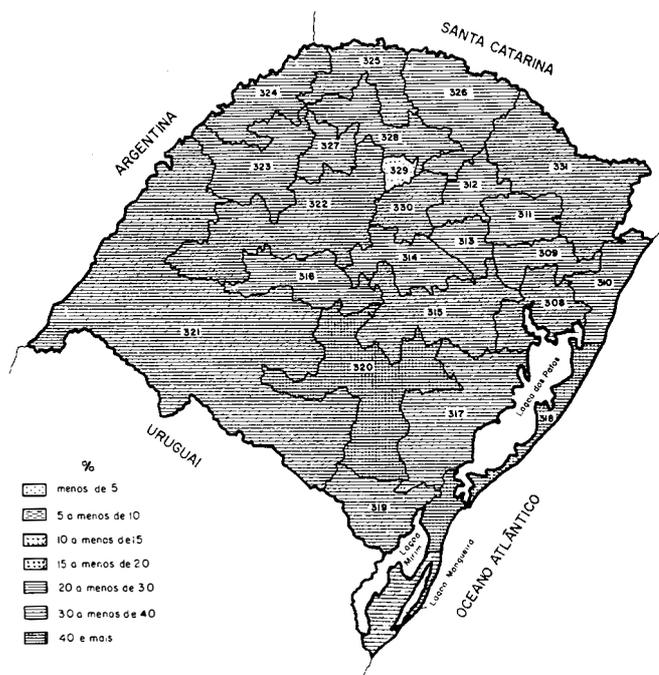
destacar uma série de observações com base nos mapas 15 e 16.

- a) Os índices inferiores a 20% de exclusão da escola são raros, mesmo entre os municípios das microrregiões coloniais. Uma única microrregião (329 - Colonial do Alto Jacuí) se situa abaixo desse nível (mapa 16).
- b) Todas as microrregiões coloniais, com exceção da Colonial de Iraí (325), apresentam índices regionais inferiores a 30%, ao passo que todas as microrregiões não-coloniais ou latifundiárias, com exceção das microrregiões de Santa Maria e Passo Fundo (316 e 328), acusam índices regionais superiores a 30% e mesmo superiores a 40%.
- c) Com exceção de pouquíssimos municípios e da microrregião de Santa Maria (316), toda a metade-sul do Estado forma um espaço contínuo com índices rurais de exclusão da escola superiores a 30% e em muitos casos superiores a 40%. Toda a Fronteira Sul e grande parte da Fronteira Oeste estão nessa situação.

**Mapa 15**  
**Percentagem de não-estudantes entre a população rural de 7 a 14 anos, segundo os municípios, Rio Grande do Sul, 1980**



**Mapa 16**  
**Percentagem de não-estudantes entre a população rural de 7 a 14 anos,**  
**segundo as microrregiões. Rio Grande do Sul, 1980.**



**XIV - CONCLUSÃO**

Seria longo e – creio – inutilmente repetitivo fazer aqui uma síntese dos resultados da pesquisa. Seria certamente mais interessante discutir as questões metodológicas enfrentadas e os caminhos abertos no decorrer da pesquisa. Mas tal estudo também seria longo e, ademais, já foi amplamente desenvolvido em trabalho recentemente apresentado na 42ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, em Porto Alegre, de 08 a 13 de julho de 1990, sob o título de “Analfabetismo: problemas de diagnóstico”, que se pretende publicar como texto independente.

Creio que o caminho de conclusão é dado pela própria seqüência e encadeamento das questões tratadas. Comecei focalizando o analfabetismo, detendo-me ao final no papel desempenhado pela escola na produção do analfabetismo. O estudo evidenciou que o analfabetismo é determinado estruturalmente. No caso do Rio Grande do Sul, o determinante estrutural foi no passado o complexo latifúndio-propriedade familiar e é hoje, cada vez mais, o complexo latifúndio-minifúndio, com sinais evi-

dentés de deteriorização das condições das regiões coloniais. Esse determinante estrutural é não só fundiário, mas também, e ao mesmo tempo, econômico, social e político. Não surpreende, pois, que produza efeitos também na esfera educacional.

A escola, por sua vez, desempenha um papel mediador importante nessa determinação estrutural do analfabetismo. E o faz, como vimos, através de um duplo processo de exclusão: exclusão da escola e na escola. A lógica interna que rege a escola pública destinada às classes trabalhadoras é a lógica da exclusão.

A solução do problema do analfabetismo passa necessariamente pela educação das condições que o produzem: pela transformação do seu determinante estrutural – o complexo latifúndio-minifúndio, entre outros – e pela transformação da lógica de exclusão que rege o funcionamento da escola pública fundamental.

Seria, por isso, um equívoco reduzir a questão à sua dimensão quantitativa, ou seja, à falta de escolas, à precariedade de suas instalações e equipamentos, à falta de professores, etc. É

necessário penetrar no âmago da instituição escolar para, no plano científico, **analisar**, e no plano político, **transformar** a lógica que rege o funcionamento da escola pública fundamental. Na realidade, a escola pública que aí está, **não é pública** no verdadeiro sentido do termo. Ela é seletiva tanto no **acesso** quanto no **processo**, o que equivale a dizer que sua função é mais **selecionar** alguns, do que propriamente acolher e conduzir a todos pelo caminho da progressão nos estudos. A escola só pode selecionar alguns, na medida em que exclua muitos. A

solução do problema do analfabetismo passa, pois, necessariamente, pela transformação qualitativa da escola, da lógica que a rege.

As propostas alternativas, não escolares, populares, comunitárias, ... de alfabetização de adolescentes e adultos podem dar uma contribuição importante na solução do problema do analfabetismo. No entanto, não poderão jamais substituir a escola pública fundamental, democrática e de boa qualidade, aberta e capaz de acolher, reter e conduzir a todos pelo caminho da progressão nos estudos.

\* \* \*

### Referências Bibliográficas

1. BAYCE, Rafael. *El Sistema Educativo Uruguayo - 1973-1983. El Deterioro Cuantitativo* v. 1. Montevideo, CIEP, 1985.
2. BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil - 1920*.
3. FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados preliminares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (52):35-49, fev. 1985.
4. \_\_\_\_\_. Escola e produção do analfabetismo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 11(2):81-96, jul./dez. 1987.
5. \_\_\_\_\_. O analfabeto do ano 2000. *Tempo e Presença*, São Paulo, 12(251):10-12, Maio/Junho 1990.
6. \_\_\_\_\_. Analfabetismo e ensino fundamental: situação atual, tendência histórica e perspectiva para os anos 90. *Seminário Internacional de Alfabetização e Educação (Anais)*, Frederico Westphalen, FURI, 1990, p. 31-51.
7. \_\_\_\_\_. Analfabetismo: problemas de diagnóstico. Trabalho apresentado na 42ª *Reunião Anual da SBPC*, Porto Alegre, 08 a 13 de julho de 1990, no Simpósio sobre "O problema do analfabetismo e políticas de alfabetização: Brasil e América Latina". (Inédito, 19 p.)
8. FREIRE, Paulo. *The Politics of Education*. Massachussets, Bergin & Carvey Publ., 1985.
9. IBGE. *Censo Demográfico - 1940; 1950; 1960; 1970; 1980*.
10. \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 1980: tabulações especiais para o Projeto FAGED - UFRGS/OEA*.
11. \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1982; 1984; 1986; 1987*.
12. \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1988. Síntese de resultados da pesquisa básica*.
13. LLOMOVATE, Sílvia. *Analfabetismo y Analfabetos en Argentina*. Buenos Aires, Mino e Davila, 1989. Cuadernos FLAESO.
14. MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. 1987.
15. PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Ed. Loyola, 1973.
16. PAVIGLIANITI, Norma y VALES, Alcía. *Taller sobre diseño conceptual del Censo de Población y Vivienda de 1990*, Buenos Aires, 22 al 25 de noviembre de 1988. Buenos Aires, INDEC, 1988. Mimeo.
17. ROCA, Miguel Soler. *El Analfabetismo en América Latina. Reflexiones sobre los Hechos, los Problemas y las Perspectivas*. UNESCO, setembro de 1989.
18. VASCONI, Tomas Amodeo y RECA, Inês C. El Analfabetismo como Fenomeno Estructural y Perspectivas de una Campana Nacional de Alfabetización. *América Latina*, 10(2): 72-120, 1967.

## ANEXO

### RELAÇÃO DAS MESORREGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM INDICAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS QUE AS COMPÕEM

Porto Alegre (72)  
Porto Alegre (308)

Encosta do Planalto Meridional (73)  
Colonial da Encosta da Serra (309)  
Colonial do Baixo Taquari (313)  
Fumicultora de Santa Cruz do Sul (314)

Leste Rio-Grandense (74)  
Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul  
(310)  
Vale do Jacuí (315)  
Lagoa dos Patos (317)  
Litoral Oriental da Lagoa dos Patos (318)  
Lagoa Mirim (319)  
Alto Camaquã (320)

Caxias do Sul (75)  
Vinicultora de Caxias do Sul (311)

Planalto Meridional do Rio Grande do Sul (76)

Colonial do Alto Taquari (312)  
Colonial das Missões (323)  
Colonial de Santa Rosa (324)  
Colonial de Iraí (325)  
Colonial de Erechim (326)  
Colonial de Ijuí (327)  
Passo Fundo (328)  
Colonial do Alto do Jacuí (329)  
Soledade (330)  
Campos de Vacaria (331)

Oeste Gaúcho (77)  
Santa Maria (316)  
Campanha (321)  
Triticulora de Cruz Alta (322)

FONTE: IBGE. Censo Demográfico 1980. vol. Brasil,  
p. LXIX.

\* \* \*

Alceu R. Ferrari é professor da Faculdade de Educação da UFRGS.